

Propinas: não pagamos duas vezes!

A minha geração lembra-se bem dos argumentos que foram apresentados para introduzir propinas no ensino superior público: que seriam valores simbólicos, que pretendiam introduzir alguma justiça no sistema, que nunca iriam ser fonte relevante de financiamento. Passados todos estes anos, as propinas são, para qualquer família de classe média, tudo menos simbólicas. As despesas com propinas, deslocações, residência, livros e material são incomportáveis para quem, não sendo bastante abonado, não receba bolsa. Não estamos a falar de ricos. São 80% os estudantes que não têm qualquer apoio – 15% apenas têm as propinas pagas e só 5% têm um apoio extra.

O que era inicialmente visto como uma mera taxa de frequência passou a ser tratado como um dever de cofinanciamento. Se olharmos para as propinas máximas, poucos serviços terão assistido, nas três últimas décadas, à inflação de preços no ensino superior. O valor anual passou de seis euros, em 1989, para 400 euros, em 1994. Durante a segunda metade dos anos 90 houve uma nova descida para, em 2004, saltar para os 850 euros. Desde então, nunca parou de aumentar para chegar, em 2010, aos mil euros. Está próximo dos 1070 euros.

Depois de um congelamento, decidido nos dois últimos Orçamentos do Estado, os partidos da maioria decidiram reduzir as propinas em 212 euros. Mas o debate ganhou nova força com a intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa, que concordou com a posição veiculada pelo ministro Manuel Heitor, de começar a caminhar para acabar com as propinas no primeiro ciclo do ensino superior. Seria um enorme passo para a qualificação do país. Para além de alguns países ricos, vários países com dificuldades, como a Eslovénia, a Eslováquia, a República Checa, a Turquia ou a Grécia, não cobram propinas. E outros, como a Polónia, cobram valores realmente simbólicos (cerca de 40 euros). Porque percebem que o seu futuro depende desesperadamente da sua qualificação.

Segundo os números do projeto Eurostudent, que inclui vinte países da União Europeia, a Suíça, a Noruega, a Islândia, a Sérvia e a Turquia, somos o segundo país (só ultrapassados pela Sérvia) onde as famílias têm uma taxa de financiamento dos estudos superiores mais alta. Até em países mais pobres, como a Roménia, a Polónia e a Turquia, os apoios públicos são superiores. Isso ajuda a explicar porque é que a taxa de desistência é o dobro entre estudantes que tiveram o seu pedido de bolsa recusado do que entre os bolseiros. Quase metade dos estudantes que abandonam os cursos superiores fazem-no por dificuldades financeiras. Nisto, somos os piores.

A verdade é que as propinas do primeiro ciclo, que prometeram ser simbólicas, já correspondem, segundo os dados do Orçamento do Estado, a 10% do financiamento das instituições de ensino superior. E já nem estamos a falar dos valores proibitivos que universidades públicas cobram por mestrados e doutoramentos. A Universidade Nova

de Lisboa (pública) cobra 11 mil euros por mestrado em economia em gestão e mais de 12 mil pelo mestrado em finanças. No ISCTE (também público), o mestrado em Finanças custa sete mil euros. Especialmente grave quando a reforma de Bolonha transformou os mestrados na verdadeira conclusão do percurso académico com alguma relevância para o futuro profissional. Para ricos, claro.

Somos um dos países europeus onde as famílias têm uma taxa de financiamento dos estudos superiores mais altos e onde a percentagem de estudantes que abandonam a universidade por razões financeiras é mais alta.

Um dos argumentos mais recorrentes para a existência das propinas é o retorno individual para quem frequenta o ensino superior. Isto separa duas formas de ver a função do ensino superior: para uns corresponde a um benefício ou privilégio individual, para outros corresponde a um ganho para o país que deve ser alargado ao máximo de pessoas. Estou seguramente entre os segundos. E por isso oponho-me à lógica do utilizador-pagador e defendo um ensino superior público tendencialmente gratuito e o mais universal possível (para todos os que, tendo capacidade para isso, o queiram frequentar).

As propinas diferenciadas por rendimentos são injustas. A redistribuição da riqueza deve ser feita através de impostos progressivos. Replicá-la nos vários serviços que o Estado presta – passes sociais, taxas moderadoras, propinas, etc. – é fazer duas vezes a mesma coisa. Os principais prejudicados não são os ricos, é a classe média que já paga, quase sozinha, as despesas do Estado. Esta duplicação, primeiro em impostos e depois em taxas, cria um justificado mal-estar e quebra os laços de solidariedade indispensáveis à sobrevivência política do Estado social.

As propinas não são a única despesa que exclui estudantes do ensino superior. O preço das residências é cada vez mais relevante. A média do custo de alojamento ronda os 240 euros, subindo para os 400 em Lisboa. As instituições só garantem camas para 13% dos estudantes deslocados (em Lisboa não chega a 7%, no Porto não chega a 11%). Mais uma vez, estamos na cauda da Europa: na UE, só Malta e Itália oferecem percentualmente menos camas e residências do que Portugal. A pobre Roménia oferece cinco vezes mais. O Governo promete chegar, nos próximos 10 anos, às 30 mil camas. Continuará a corresponder a apenas 25% dos estudantes deslocados. Ainda assim, se não se perder numa qualquer cativação, será um grande avanço. Para este plano de requalificação e construção de residências, o PCP fez, é justo dizê-lo, uma pressão indispensável.

Também nos transportes para alunos deslocados há bastante por fazer. Os descontos de apenas 25% para estudantes do ensino superior (60% para os que têm ação social, que na CP apenas conseguem os mesmos 25%) fazem com que um estudante deslocado gaste, em média, 100 euros por mês para visitar a família de 15 em 15 dias. A alimentação na cantina, com almoços e jantares nos dias úteis, é mais 100 euros

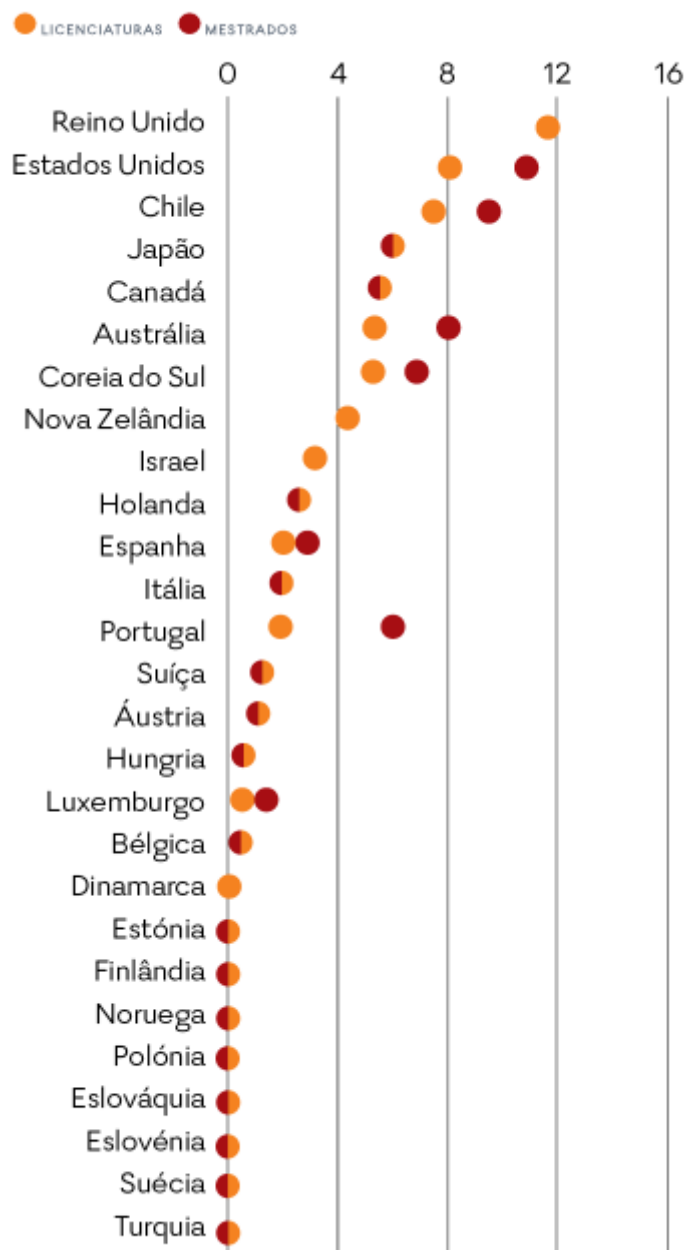
mensais. Comecem a somar: mais de 100 euros para propinas (se contarmos com os meses de aulas), 250 a 400 euros para residência, 100 euros para transportes para ir a casa e cerca de 100 euros para alimentação e já vamos numa despesa mensal que anda, para os deslocados, entre os 550 e os 700 euros. Junte livros, fotocópias e restantes despesas quotidianas.

Para uma família de classe média (espero que saibam o que é a classe média em Portugal) sem ação social é um fardo difícilíssimo de carregar. Se forem dois filhos é quase impossível. É em todas estas parcelas que temos de mexer. Os números mostram que muitos decidem não seguir o ensino superior porque eles e os seus pais não conseguem carregar este fardo financeiro. Como um filho de um pai com formação superior tem quatro vezes maior probabilidade de aceder à universidade, estamos a perpetuar a desigualdade e a atrasar o desenvolvimento do país. Não nos podemos continuar a dar ao luxo de ter gente a não estudar porque não pode. Somos demasiado pobres para cobrar propinas a quem precisamos de qualificar.

QUINTA - 10/1/19, Antes pelo contrário/DANIEL OLIVEIRA, EXPRESSO.

PROPINAS COBRADAS POR NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR

Em dólares em paridade de poderes de compra, 2014/2015



FONTE: OCDE

EXPRESSO, 09/01/2019